

Discursividades da reforma da Previdência na rede virtual: uma trama de sujeitos e de sentidos*

Discursivities of Welfare reform in virtual network:
a plot of subjects and meanings

Paula Souza Pereira¹
Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes²

Resumo: Este trabalho objetiva compreender o funcionamento discursivo da Reforma da Previdência (RP) em mídias digitais, considerando as redes interdiscursivas e as formas de significação no ciberespaço. Como embasamento teórico-metodológico, tomamos a Análise do Discurso (AD) concebida por Pêcheux e as discussões estabelecidas por seus seguidores. Especificamente, neste artigo mobilizamos as noções teóricas de sujeito, interdiscurso, memória discursiva e silenciamento, que serão nossas categorias analíticas. O *corpus* constitui-se de recortes parciais de notícias publicadas em maio de 2019, sendo uma do *site* oficial do governo federal e três publicadas nos webjornais O Globo, Estadão e GGN. Os gestos de análises se dão no batimento descrição/interpretação (PÊCHEUX, 2015), no intuito de buscar as discursividades inscritas nas materialidades. Os resultados mostram uma movimentação de sentidos e posições-sujeito, dadas as circulações-confronto que se instauram na rede acerca da RP, pois esta é discursivizada pela FD estatal e pela grande mídia com efeitos de benefícios aos trabalhadores. Entretanto, também funciona nas mídias digitais o discurso de resistência, já que nos ditos dos supostos benefícios, se inscrevem os não ditos de defesa dos interesses da classe empresarial e de perdas impostas à classe trabalhadora.

Palavras-chave: Reforma da Previdência. Discursividades midiáticas digitais. Silenciamento de sentidos. Resistência.

Abstract: This work aims to comprehend the discourse operation about Welfare Reform (RP) in digital media, considering networks of interdiscourse and forms of meaning in cyberspace. For theoretical-methodological foundation we use the Discourse Analysis (AD) in the perspective of Pêcheux and the discussions established by his followers. Specifically, in this article we work on the theoretical notions of subject, interdiscourse, discursive memory and silencing, which will be our analytical categories. The corpus consists of partial news clippings published in May 2019, one of them is on the federal government's official website and three are published on the web newspapers O Globo, Estadão and GGN. The analysis gestures occur in the alternation between description/interpretation (PÊCHEUX, 2015), in order to seek the discursivities inscribed in the materialities. The results show a movement of meanings and subject positions, given the circulations and confrontations that are established in the network about RP, as this reform is discursivized by the state FD and the mainstream media with effects of benefits to workers. However, the discourse of resistance also works in digital media, since in the sayings of the supposed benefits are inscribed the non-sayings of defense of the business class interests and losses imposed on the working class.

Keywords: Welfare Reform. Digital media discursivities. Meanings silencing. Resistance.

* Trata-se de um recorte de pesquisa de doutorado, em andamento.

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Bolsista UESB. Endereço eletrônico: papaula_luz@hotmail.com.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: cortesgr@gmail.com.

Tessituras iniciais

Incluída na política de seguridade social, a Previdência é discursivizada como um seguro de proteção aos trabalhadores contra vários riscos econômicos. Como pauta relevante, uma reforma no sistema previdenciário vem sendo debatida, sob indicação de que sua aprovação se faz necessária, no intuito de levar o país ao crescimento econômico, gerar mais empregos e atender às necessidades e demandas impostas pela atualidade.

No final de 2016, o governo do então presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) envia um abrangente projeto de reforma ao Congresso Nacional, via Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 287/2016). Essa PEC, de acordo com Silva (2019, p. 215), em versão original, endurecia as regras de acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais e visava “atender aos interesses do capital financeiro, interessado em reduzir os recursos do orçamento da União para as políticas sociais e ampliar os recursos para remuneração dos juros e encargos da dívida pública”.

Após algumas discussões, a tramitação da referida PEC é suspensa em 2018³, por causa da falta de apoio de parlamentares, bem como pela intervenção federal que ocorria no estado do Rio de Janeiro⁴. Destaca-se que a Constituição Federal impede modificações no texto em períodos de intervenção federal.

Em 2019, com a posse do presidente Jair Messias Bolsonaro⁵ (então Partido Social Liberal), outro projeto de reformulação previdenciária passa a ser debatido por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 6/2019), propondo inúmeras mudanças. Apesar de acarretar controvérsias nas mais variadas esferas da sociedade pela complexidade das alterações, a PEC obteve aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado e foi promulgada no dia 12 de novembro de 2019.

Assim, ancorado nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD) de filiação pecheuxtiana e levando-se em conta as condições de produção do discurso no ciberespaço⁶, este estudo pretende analisar o funcionamento discursivo da Reforma da

³ Essa proposta chegou a ser aprovada em Comissão Especial que antecedia as discussões no plenário da Câmara, mas, posteriormente, não obteve êxito em seu andamento.

⁴ Em 2016, o Rio de Janeiro vivenciou uma forte crise econômica. As dificuldades alcançaram o setor de investimentos em segurança, levando o governo estadual a decretar estado de calamidade pública. Dois anos depois, o governo federal decidiu intervir na autonomia do estado, no intuito de controlar a situação interna de segurança, ação que se estendeu até o dia 31 de dezembro de 2018.

⁵ Atualmente, o presidente não se encontra filiado a partido político.

⁶ Meio de comunicação que emerge da interconexão mundial dos computadores. O termo também faz alusão ao universo de informações que a infraestrutura material da comunicação digital abriga e aos seres humanos que navegam nesse espaço (LÉVY, 1999).

Previdência (RP) materializado em *prints* constituídos por webmanchetes⁷, títulos auxiliares, imagem e sua respectiva legenda em notícias. Buscamos compreender os embates que se instauram nessa teia discursiva, sob os efeitos do discurso digital, que atravessa o processo discursivo e o constitui. Conforme Dias (2018), é substancial assimilar a exterioridade do discurso digital, as relações e as formas de produção capitalista, a constituição de sentido e suas condições de produção, e a formulação e circulação do discurso. Diante disso, como a discursividade caracteriza a materialidade digital (DIAS, 2018), é importante considerar as determinações ideológicas das mídias digitais no processo discursivo.

O *corpus* compõe-se de recortes parciais de quatro notícias, publicadas em maio de 2019⁸, respectivamente, no *site* oficial do governo federal e nos webjornais O Globo, Estadão e GGN. A escolha se deu pelo critério da regularidade discursiva, como também pela representatividade, respectivamente, dos discursos: estatal, da grande mídia e da mídia alternativa. A regularidade discursiva se configura mediante a repetibilidade das formulações e dos sentidos no discurso, e funciona de forma relativamente estável (FERNANDES; VINHAS, 2019).

O regular é aquilo que se repete, processos regulares são aqueles que tomam “certa direção”, orientados por determinações ideológicas, mas que podem se transformar, mudar de orientação conforme o interdiscurso (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 142-143).

Convém salientar que não analisaremos as notícias na íntegra, mas, em um gesto de recorte metodológico, coletamos as webmanchetes, os títulos auxiliares, uma imagem e sua respectiva legenda⁹, por considerar tais enunciações como um fragmento da situação discursiva, conforme o conceito de recorte postulado por Orlandi (1984).

A partir do quadro teórico da AD, especificamente, mobilizamos neste artigo as noções teóricas de **sujeito**, **interdiscurso**, **memória discursiva** e **silenciamento**, além da noção de **discurso digital**, que integra as condições de produção e de circulação do discurso da/sobre a RP na *web*. Tais conceitos serão discutidos no tópico a seguir.

⁷ Tendo em vista a particularidade da materialidade digital, destacamos que a coleta do *corpus* não é resultante de acesso a conteúdos do tipo *clickbait* (caça-cliques), este tido como uma tática de divulgação utilizada para gerar tráfego online por intermédio de manchetes tendenciosas.

⁸ Em 07 de maio de 2019, iniciaram-se os trabalhos na comissão especial, criada para discutir sobre o mérito do texto. O mês foi dedicado às discussões e apresentações de emendas ao texto da proposta de reforma.

⁹ Os recortes efetuados correspondem às partes iniciais das notícias, a saber: webmanchete que consta no site do governo; webmanchete e título auxiliar da notícia publicada no webjornal O Globo; webmanchete e título auxiliar da notícia divulgada no webjornal Estadão; webmanchete, título auxiliar, imagem e legenda, que são elementos da notícia publicada no webjornal GGN.

Os procedimentos analíticos serão realizados a partir do funcionamento do batimento da descrição/interpretação, entre o dispositivo teórico e o dispositivo de análise. Pêcheux (2015) assevera que é preciso determinar nas práticas analíticas o lugar e o momento da interpretação, quanto aos da descrição. De acordo com Indursky (2008), na AD ocorre uma relação inquieta que, num movimento pendular, vai da teoria para a análise e, finalmente, se volta para a teoria.

A análise do discurso e seus postulados: conceitos norteadores

Constituída no contexto intelectual do estruturalismo no final da década de 1960, a AD fundada por Michel Pêcheux considera a não transparência da linguagem, uma vez que as palavras, expressões e proposições não têm sentidos próprios, presos à literalidade dos significantes (PÊCHEUX, 2014), e assim o discurso é definido pelo autor como “efeito de sentidos” entre interlocutores (PÊCHEUX, 1997, p. 82) e ainda “o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2015, p. 56). Nessa perspectiva, o sujeito não é fonte do sentido, mas sim uma posição entre outras, e se constitui por um trabalho de redes de memória, articuladamente às formações discursivas (FDs) (PÊCHEUX, 2014).

A noção de sujeito, diz Indursky (2008), não pode ser investigada de modo isolado de outras correlatas a ela, tais como formação discursiva, ideologia e posição-sujeito. O termo “formação discursiva” foi criado por Michel Foucault, a partir da publicação do livro “Arqueologia do saber” (COURTINE, 2014). Pêcheux leva o termo à AD, ressignificando-o de acordo com especificidades com as quais opera. As FDs são entendidas como aquilo que numa formação ideológica dada, em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2014).

Pêcheux e Fuchs (1997) asseguram que se deve tomar o discursivo enquanto um dos elementos materiais da materialidade ideológica. Para os autores, as formações ideológicas comportam uma ou inúmeras formações discursivas interligadas; uma FD existe historicamente no centro de certas relações de classe, sendo possível prover elementos que se englobam em novas FDs, instituindo-se em novas relações ideológicas, que põem em jogo novas formações ideológicas. Logo, a noção de FD proposta por Pêcheux concentra-se numa forma de trabalhar a multiplicidade inscrita na linguagem, dado que o múltiplo e o diferente, ao produzirem seus efeitos, são ordenados no discurso (ORLANDI, 2014).

Courtine (2014) conceitua a posição-sujeito como uma relação estabelecida numa formulação entre um sujeito enunciator e o sujeito do saber de uma determinada FD. Segundo

o autor, essa relação se dá mediante um vínculo de identificação cujas modalidades são variantes, produzindo distintos efeitos-sujeito no discurso. Nessa esteira, Indursky (2008) ressalta que o sujeito convocado na AD é afetado pessoalmente e socialmente. “Na constituição de sua psiquê, este sujeito é dotado de inconsciente. E, em sua constituição social, ele é interpelado pela ideologia” (INDURSKY, 2008, p. 10-11). Para a autora, esse laço é o que Pêcheux chama de subjetividade não-subjetiva, ou seja, a constituição do sujeito no elo entre inconsciente e ideologia.

Em conformidade com Pêcheux (2014), o funcionamento subjetivo se dá em três modalidades discursivas, sob as determinações ideológicas do interdiscurso. A primeira diz respeito à *identificação* do sujeito à forma-sujeito¹⁰ de uma dada FD, caracterizando o discurso do “bom sujeito”, sendo que este sofre essa determinação cegamente, realizando seus efeitos “em plena liberdade”. A segunda refere-se ao discurso do “mau sujeito”, pois este se contrapõe à forma-sujeito da FD que o afeta e se *contraidentifica* com a FD dominante no interdiscurso como “determinação exterior de sua interioridade subjetiva” (PÊCHEUX, 2014, p. 200). Nessa modalidade, o sujeito do discurso duvida e indaga os saberes que, por sua vez, convivem de modo conflitante e tenso (INDURSKY, 2008). A última representa uma tomada de posição de *desidentificação*. Para Indursky (2008), nessa modalidade o sujeito se desidentifica com uma FD e sua forma-sujeito a fim de identificar-se com outra FD e sua forma-sujeito. “Desidentificar-se implica não mais estar identificado com uma determinada formação discursiva porque, de fato, este mesmo sujeito já identificou-se com uma outra formação discursiva” (INDURSKY, 2008, p. 15).

Para Pêcheux (2014), o interdiscurso remete ao todo complexo com dominante das FDs. Trata-se daquilo que fala de forma anterior, disponibilizando “dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2012, p. 31). Indursky (2013, p. 92) salienta que “na base das práticas discursivas de um sujeito, pré-construídos provenientes do interdiscurso, ao serem retomados, trazem consigo um determinado espaço de memória que ecoa em seu discurso”. O pré-construído, nesse viés, equivale a uma “discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado “antes, em outro lugar, independentemente”” (PÊCHEUX, 2014, p. 142).

Indursky (2011, p. 86) sublinha que “o interdiscurso não é dotado de lacunas”, mas é totalmente saturado, pois reúne todos os sentidos produzidos por vozes anônimas, já esquecidas. Segundo Indursky (2013), o interdiscurso diferencia-se da memória discursiva por

¹⁰ Pêcheux (2014) comenta que a expressão “forma-sujeito” foi introduzida pelo filósofo Louis Althusser, e este a define como a forma de existência histórica do indivíduo, sendo esse indivíduo agente das práticas sociais.

abarcam todos os sentidos, enquanto a memória discursiva lida com a lembrança, com a repetição e com os sentidos em deriva.

Tomamos aqui o conceito de memória em concordância ao pensamento de Pêcheux, isto é, como uma noção “não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Então, a memória discursiva emerge como acontecimento a ler, restabelecendo os implícitos (pré-construídos) de que sua leitura necessita (PÊCHEUX, 1999).

Pêcheux (2014) assegura que os sentidos funcionam nas relações de metáfora, realizadas em efeitos de substituição, das quais uma formação discursiva passa a ser historicamente o local mais ou menos provisório: as expressões recebem seus sentidos da FD à qual pertencem. De acordo com o autor, a metáfora, constitutiva do sentido, é determinada por uma região do interdiscurso.

As relações metafóricas instauram tanto efeitos parafrásticos quanto polissêmicos. Orlandi (2012) postula que os processos parafrásticos reportam-se àqueles sentidos que se mantêm, representando o retorno aos mesmos espaços do dizer. Em contrapartida, na polissemia ocorrem os deslocamentos de significações, pois ela trabalha com o equívoco.

Observamos no jogo discursivo, como aponta Orlandi (2007), que o silêncio significa e que sua compreensão envolve considerar a historicidade do texto e os processos de construção dos sentidos. Orlandi (2007) declara que sempre se diz pelo silêncio e é ele que garante a movência de sentidos, e assim, ao passo que a linguagem gera a estabilização do movimento dos sentidos, no silêncio, contrariamente, sentido e sujeito largamente se movem. Nesse sentido, o silêncio é múltiplo, tendo “primazia sobre as palavras” (ORLANDI, 2007, p. 31).

Discursos e Tecnologias digitais

No intuito de compreender o funcionamento dos discursos da/sobre a RP, torna-se relevante uma breve discussão sobre o discurso digital, já que os fios discursivos da rede digital também integram as condições de produção do discurso e produzem efeitos nessa trama discursiva.

Na *web*, os sujeitos são atravessados pelos efeitos da tecnologia, o que possibilita uma rápida e alta formulação e circulação de discursos e sentidos. Dias (2018) comenta que refletir sobre a tecnologia em sua condição de produção significa considerá-la em sua historicidade, buscando entender seus efeitos na constituição da sociedade e da vida. Conforme a autora, o

discurso da tecnologia em geral produz efeitos na forma como o digital se materializa na sociedade, discursivamente, enquanto uma das peças fundamentais do modo de organização da vida, na formação social capitalista, e do modo de individuação do sujeito (DIAS, 2016a). Na perspectiva da AD, portanto, o digital é um lugar de discursividades constitutivo do sujeito e do sentido, uma vez que o digital é tomado para além de um modo de produção da tecnologia, “mas como uma condição de produção político-ideológica do discurso, como uma condição e meio de produção e reprodução das formas de existência capitalistas” (DIAS, 2018, p. 28).

Mittmann (2008) declara que, na ótica discursiva, o ciberespaço contempla não somente o armazenamento e circulação dos discursos, mas a produção, os modos de organização, articulação e a recepção. Para Cortes (2015), o hipertexto deve ser refletido pelo seu funcionamento discursivo, como um *palimpsesto*, em um constante movimento de (re)inscrição e apagamentos de sentidos, considerando-se as condições de produção do espaço digital, a exemplo de sua textualização diferenciada e modos de circulação.

Diante disso, reafirmamos que os discursos que funcionam na/em rede digital sofrem efeitos e determinações dessa rede, que, por sua vez, é afetada pelos efeitos da forma-sujeito capitalista, e a *web* se constitui em um espaço de disputas e embates discursivos.

Momentos de análise

Para Pêcheux (2015), toda sequência de enunciados é descritível linguisticamente como uma série de pontos de deriva, abrindo o espaço para a interpretação, sendo este o espaço de trabalho da AD. Isto posto, passaremos à análise das quatro sequências discursivas (SDs) que compõem o *corpus* discursivo deste estudo.

SD1:

Figura 1 – *Print* da webmanchete da notícia publicada no *site* do governo federal

PREVIDÊNCIA

Nova Previdência é o primeiro grande passo para liberdade econômica, diz Bolsonaro

Presidente visitou hoje Ministério da Economia

publicado 06/05/2019 21h18, última modificação 06/05/2019 21h18

Compartilhe: [f](#) [t](#) [s](#)

Fonte: *Site* do governo federal. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/05/nova-previdencia-e-o-primeiro-grande-passo-para-liberdade-economica-diz-bolsonaro>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Essa notícia foi publicada em 6 de maio de 2019, no *site* do governo federal¹¹, com a webmanchete “*Nova Previdência é o primeiro grande passo para liberdade econômica, diz Bolsonaro*”¹². A SD1 discursiviza a RP como ação essencial para superar os desafios econômicos. A notícia versa sobre uma visita do presidente ao Ministério da Economia, oportunidade na qual Bolsonaro e Paulo Guedes (ministro da Economia) destacam a relevância de alterações na Previdência.

Na SD1, a mídia expõe na webmanchete uma declaração do presidente e, pela posição de autoridade do lugar social que ele ocupa (de Presidente da República), o discurso produz efeito de legitimidade e de um efeito de necessária “urgência” à aprovação da RP. Desse modo, no discurso funciona a posição-sujeito de defesa à reforma, com efeito de que esta será responsável por mudar o destino da economia do país. Além disso, o discurso da RP, determinado pelos processos ideológicos inscritos na FD estatal, sofre também determinações da ideologia neoliberalista¹³, pois o discurso de defesa da RP funciona com efeitos de sentidos de “liberdade econômica”. Nesse prisma, o atravessamento da ideologia neoliberalista no discurso tenta naturalizar efeitos de que as mudanças são essenciais para a economia do país e que, conseqüentemente, responderão positivamente ao interesse de toda população. Guilbert (2020) sublinha que o discurso ideológico neoliberal, como todo discurso, se dissimula enquanto tal. Segundo o autor, a forma de apresentação midiática do discurso neoliberal procura impor a impossibilidade de contestação das reformas e de pensamento alternativo a essa doutrina, buscando produzir efeitos de evidência.

O discurso de defesa da RP (SD1), sob efeitos da transparência da linguagem, busca justificar sentidos de necessidade da reforma, com base na tese de que a Previdência se tornou insustentável do ponto de vista financeiro; instaura, assim, efeitos de sentidos de que a reforma é inevitável e que somente a partir de sua aprovação, a nação passará a cumprir seus compromissos econômicos.

No entanto, o discurso da RP silencia outros sentidos que escorrem entre a trama das falas (ORLANDI, 2007). Na SD1, o discurso silencia os interesses em jogo na formação social capitalista, já que os impactos das mudanças na vida dos trabalhadores não são mencionados; o discurso funciona sob o apagamento de sentidos que a RP pode gerar, sobretudo, à parcela mais pobre da sociedade. Orlandi (2007, p. 69) acentua que quanto “mais se diz, mais o silêncio se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem ainda a

¹¹ Site oficial que contém todas as informações sobre a atuação geral do governo.

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/05/nova-previdencia-e-o-primeiro-grande-passo-para-liberdade-economica-diz-bolsonaro>. Acesso em: 30 ago. 2019.

¹³ Doutrina que defende, entre outros fatores, a mínima intervenção do Estado na economia.

dizer”. Assim, o discurso estatal que insiste em apontar, como justificativa para a mudança, o fato de que o país precisa voltar a crescer economicamente, sofre determinações da ideologia neoliberalista e da FD empresarial, porquanto as possíveis perdas dos direitos trabalhistas são silenciadas nesse discurso.

Nessa trama, salientamos as possibilidades de funcionamento dos efeitos do discurso digital, pelo viés dos artefatos tecnológicos, aqui tomados como objetos discursivos; a título de exemplo, consideremos (no canto direito do *site*, após o título auxiliar e a data de publicação da notícia) os ícones de compartilhamento¹⁴ que permitem o acesso às redes sociais *facebook*¹⁵ e *twitter*¹⁶. Dias (2018) postula que o digital se formula no instante de sua circulação e isso promove diferença na produção dos sentidos.

Vejamos, a seguir, a SD2, constituída pela webmanchete e título auxiliar da notícia publicada no webjornal O Globo¹⁷. A notícia foi divulgada em 8 de maio de 2019 e é intitulada como “*Seis em cada dez brasileiros concordam com a reforma da Previdência, diz pesquisa Ibope/CNI*”¹⁸. A matéria versa sobre uma pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹⁹, feita em conjunto com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope)²⁰.

¹⁴ Dados os objetivos traçados para este estudo, não há espaço para a análise de tais compartilhamentos, mas ressaltamos as possibilidades diferenciadas do funcionamento dos discursos na rede digital e os possíveis efeitos de sentidos nesse atravessamento discursivo.

¹⁵ Criado em 2004 por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, alunos da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e tido como a maior rede social do mundo, o *Facebook* é uma mídia de compartilhamento de dados, imagens e vídeos.

¹⁶ Rede social que possibilita o envio e recebimento de atualizações pessoais e de outros contatos através de *softwares* de gerenciamento. Foi criado em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass.

¹⁷ O jornal O Globo foi fundado por Irineu Marinho no ano de 1925. O mencionado jornal, que possui sede no Rio de Janeiro, integra o Grupo Globo, grande conglomerado de mídia e comunicação da América Latina. Sua versão digital foi lançada em 1996.

¹⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/seis-em-cada-dez-brasileiros-concordam-com-reforma-da-previdencia-diz-pesquisa-ibopecni-23649637>. Acesso em: 31 mar. 2020.

¹⁹ Trata-se da instituição de organização máxima do setor industrial no Brasil. A CNI coordena um sistema integrado por federações industriais dos estados e do Distrito Federal.

²⁰ É uma das maiores empresas da América Latina em pesquisa de mercado, fornecendo inúmeros estudos sobre opinião pública, consumo, intenção de voto, entre outras atividades.

SD2:

Figura 2 – *Print* da webmanchete e do título auxiliar da notícia publicada no webjornal O Globo



Fonte: O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/seis-em-cada-dez-brasileiros-concordam-com-reforma-da-previdencia-diz-pesquisa-ibopecni-23649637>. Acesso em: 31 mar. 2020.

O discurso na webmanchete da SD2, que se inscreve na FD midiática das organizações Globo/Ibope/CNI, funciona de forma a direcionar sentidos e a instaurar efeitos de verdade na pesquisa efetuada. Quando afirma que a maioria da população brasileira concorda com a RP, a mídia ocupa a posição-sujeito de porta-voz do povo, pois se apropria da voz de uma suposta maioria para estabilizar o discurso estatal. Segundo Rosário (2008), o porta-voz representa a voz do povo. Contudo, como o povo passa a ser falado, o discurso do porta-voz funciona com efeito de legitimidade. Isto é, o fato de o povo ou mesmo o grupo representado pelo porta-voz não falar de modo direto pode significar não possuir mais voz (ROSÁRIO, 2008)²¹.

Somado a isso, no título auxiliar da SD2, a pesquisa expõe que 83% dos entrevistados²² afirmam não querer pagar impostos “para manter o sistema previdenciário atual”. Nesse sentido, o alto índice de pessoas afetadas por esse discurso faz instaurar no título auxiliar um efeito de sentido de que, para estas, a solução diante dessa conjuntura concentra-se somente na alteração das regras previdenciárias através da RP. Temos na SD2, então, uma posição-sujeito de identificação com o discurso estatal, dado que os sentidos que ressoam pela webmanchete e título auxiliar da notícia²³ instauram efeitos de que a maior parcela dos indivíduos acredita na necessidade da RP.

Abaixo, a SD3, extraída da notícia publicada no webjornal Estadão²⁴, pontua desafios que vão além da Previdência. A matéria foi divulgada em 26 de maio de 2019, tendo como

²¹ Considerações ancoradas em estudos de Pêcheux.

²² A notícia mostra que, na pesquisa, foram ouvidas duas mil pessoas em 126 municípios, entre os dias 12 e 15 de abril de 2019.

²³ Frisa-se que há, ao longo da notícia, ícones de compartilhamento da informação nas redes sociais *facebook*, *twitter* e *whatsapp*, sendo este um aplicativo de mensagens instantâneas e de mensagens de voz.

²⁴ Fundado em 1875 e publicado na cidade de São Paulo, o jornal integra o grupo dos principais veículos de informação do Brasil. Acesso em: 28 mar. 2020.

webmanchete “*Desafios fiscais do governo vão além da Previdência*”²⁵. Vejamos o discurso da SD3, que equivale à webmanchete e ao título auxiliar da notícia.

SD3:

Figura 3 – *Print* da webmanchete e do título auxiliar da notícia publicada no webjornal Estadão



Fonte: Estadão. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desafios-fiscais-do-governo-vaio-alem-da-previdencia,70002843835>. Acesso em: 26 ago. 2019.

Na webmanchete inscrita na SD3, a formulação materializa o discurso em redes parafrásticas de sentidos já existentes na memória, com efeitos de que os impasses econômicos do país não se resumem apenas à Previdência, mas também à regra de ouro²⁶ e ao teto de gastos²⁷, estes atravessados pelo discurso jurídico e citados ao longo da notícia. O discurso reporta-se a um pré-construído de que há outras dificuldades quanto ao crescimento da economia, estabelecendo uma “desregulação” que perturba a rede dos implícitos (PÊCHEUX, 1999) que funcionam no discurso da RP.

No título auxiliar da SD3, o sentido de “flexibilização” refere-se ao discurso inscrito na Proposta de Emenda à Constituição (PEC 438/18)²⁸ que busca viabilizar mecanismos de reajuste quando ocorrerem riscos de descumprimento da regra de ouro. Segundo o discurso na mencionada PEC, os reajustes, entre outros aspectos, recairiam em possíveis proibições de aumento de gasto com funcionalismo e de concessões de novos benefícios tributários, bem como em demissões de servidores que não possuem estabilidade e redução de despesas com cargos em comissão e funções de confiança.

Verificamos, portanto, que os já-ditos do interdiscurso alusivos à regra de ouro para se assimilar os desafios fiscais na nação atravessam o discurso da formulação na SD3. No entanto, os efeitos de sentidos silenciam as questões voltadas à retirada de direitos dos

²⁵ Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desafios-fiscais-do-governo-vaio-alem-da-previdencia,70002843835>. Acesso em 26 ago. 2019.

²⁶ Prevista na Constituição Federal, a regra de ouro delimita que as operações de crédito da União não sejam maiores que as despesas de capital. Caso a regra seja descumprida, os gestores e o presidente da República podem ser enquadrados no chamado crime de responsabilidade, passível de *impeachment*.

²⁷ Por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241), também chamada no Senado de PEC 55, um teto de gastos foi aprovado em dezembro de 2016, no governo do então presidente Michel Temer. Essa proposta fixa um limite de gastos do governo federal pelos próximos 20 anos.

²⁸ A referida PEC obteve a admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em 04 de dezembro de 2019 e será avaliada por uma comissão especial antes de seguir para votação, em dois turnos, na Câmara e no Senado.

trabalhadores. Nunes (2019)²⁹ sustenta que o déficit previdenciário interessa a alguns setores da política brasileira, mas não à classe trabalhadora e contribuintes da Previdência, pois estes são afetados de forma direta com a reforma no que tange ao recebimento de benefícios. No caso da SD3, observamos que as palavras são atravessadas de silêncio, sendo que este significa continuamente, porquanto todo sentido silencia outro (ORLANDI, 2007). Essa autora assevera que o silêncio é contínuo e isso possibilita ao sujeito a movência nas significações.

Passemos à SD4, com a notícia divulgada no webjornal GGN³⁰, na qual se inscreve o discurso sobre a inviabilidade da RP, fazendo circular o confronto discursivo na relação com os sentidos da reforma. A matéria teve publicação no dia 15 de maio de 2019 e é intitulada: “Economistas destroem ‘mitos’ da ‘reforma’ da Previdência e lançam manifesto³¹”.

SD4:

Figura 4 – Print da webmanchete, título auxiliar e imagem e sua legenda da notícia publicada no webjornal GGN

Economistas destroem ‘mitos’ da ‘reforma’ da Previdência e lançam manifesto

PEC de Bolsonaro não garante sustentabilidade do sistema de aposentadorias nem contribui para a retomada do crescimento, segundo especialistas ouvidos pela Frente Parlamentar em Defesa da Previdência

Por Jornal GGN - 15/05/2019



Reforma Previdência Reforma é “contracionista” e vai reduzir o crescimento econômico, ao contrário do discurso oficial do governo (Reprodução/Frente em Defesa da Previdência)

Fonte: GGN. Imagem: Reprodução/Frente em Defesa da Previdência. Disponível em:

<https://jornalggn.com.br/debate/economistas-destroem-mitos-da-reforma-da-previdencia-e-lancam-manifesto/>.

Acesso em: 22 ago. 2019.

²⁹ O autor promove uma discussão acerca da reforma previdenciária proposta no governo Temer.

³⁰ Trata-se de um veículo de mídia independente lançado em 2013 pelo jornalista Luis Nassif. A sigla GGN significa Grupo Gente Nova, nome esse do primeiro jornal editado por Nassif. O veículo promove discussões críticas sobre os principais acontecimentos do país, contrapondo a cobertura da chamada mídia tradicional. Informações disponíveis em: <https://jornalggn.com.br/institucional/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

³¹ Disponível em: <https://jornalggn.com.br/debate/economistas-destroem-mitos-da-reforma-da-previdencia-e-lancam-manifesto/>. Acesso em: 22 ago. 2019. Possui informações da Rede Brasil Atual.

De modo geral, a notícia discorre sobre um Encontro de Economistas realizado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social³², em Brasília, momento em que profissionais de distintas formações teóricas e políticas debateram a impossibilidade de a RP solucionar os problemas econômicos no país. A partir da webmanchete, do título auxiliar, da imagem e de sua legenda, extraímos uma SD composta de várias formulações.

Na SD4, o verbo “destruir” funciona com efeitos de confrontos aos argumentos que defendem a RP, denominados de “mitos” da “reforma”. Dessa forma, o discurso inscrito no webjornal GGN funciona com sentidos de litígio com o discurso estatal; a mídia GGN ocupa, no discurso, uma posição-sujeito de desidentificação com a FD estatal, que, em aliança com a FD neoliberal, determina e regula sentidos ideológicos de defesa à RP.

Temos um jogo de sentidos constituídos no interdiscurso e materializados na SD4, no instante em que pela utilização da expressão “mito”, remete-se, por um trabalho de memória, a atribuição dessa característica ao presidente Jair Bolsonaro. O termo, nesse viés, é empregado por adeptos do presidente para qualificar o modo como este atua, representando as aspirações do povo, assumindo nesse contexto sentidos idealistas. Contudo, nota-se, que os termos “mitos” e “reforma” na SD4 produzem efeitos polissêmicos, pois a palavra “mito”, nesse contexto, funciona pejorativamente, significando um conhecimento sem fundamento, uma inverdade, e a expressão “reforma” institui sentidos de que não haverá grandes modificações econômicas.

Indursky (2011, p. 88) ressalta que a repetibilidade, que consta na base da produção discursiva, “garante a constituição de uma memória social que sustenta os dizeres, pois só há sentido porque antes já havia sentido. Entretanto, essa repetibilidade não é capaz de cristalizar os sentidos, pois, à força de repetir, os sentidos vão deslizando e se transformando”. Esse deslizamento acontece no discurso inscrito na SD4, que confronta o discurso de defesa da RP. Ainda em relação ao discurso da SD4, pontuamos, com base em Pêcheux (2014, p. 146-147), que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Desse modo, as redes de formulações discursivas da SD4 funcionam em uma tensão contínua e questionam o discurso oficial sobre a RP, instaurando assim o equívoco. Tem-se, tal qual salienta Orlandi (2012), que os sentidos estão aquém e além das palavras.

³² Essa Frente existe desde o ano de 1988, sendo relançada em 2016 e reinstalada em 2019. Contando com a participação de inúmeras entidades sindicais e associativas em âmbitos nacional, estadual, distrital e municipal, a Frente intenta defender a manutenção dos direitos sociais, bem como uma reforma na captação de recursos, com a intenção de garantia de segurança jurídica e atuarial no sistema brasileiro de Seguridade Social. Informações disponíveis em: <https://frenteparlamentardaprevidencia.org/frente-parlamentar-mista-em-defesa-da-previdencia-social-56a-legislatura/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

No discurso inscrito no título auxiliar da SD4, segundo a mídia GGN, os especialistas ouvidos pela Frente Parlamentar em Defesa da Previdência confirmam que a PEC “não garante sustentabilidade do sistema de aposentadorias nem contribui para a retomada do crescimento”. Essa afirmação se inscreve no discurso de profissionais da área econômica, participantes do encontro de iniciativa da Frente Parlamentar, com efeitos de sentidos de legitimação quanto à veracidade das declarações. Nesse sentido, o discurso instaura a ruptura com as posições favoráveis à aprovação da PEC que institui a RP, pois o sujeito toma posição de desidentificação à FD estatal que defende a RP. Orlandi (2012) argumenta que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas ideologias em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são edificadas.

Cortes (2015) relata que o discurso digital, constituído da ordem da materialidade eletrônica, é caracterizado pela multimodalidade de linguagens, que faz convergir o visual, o sonoro, a rede de *links*, entre outros elementos. Dessa maneira, na SD4, a imagem de um protesto feito por economistas contrários à reforma produz vários sentidos. A faixa da bancada, em tom azul claro, uma das cores do símbolo da Previdência Social (também exposto), materializa sentidos quanto à luta de economistas em “defesa da Previdência Social”, os quais ocupam posições-sujeito que condenam a reformulação proposta por meio da RP.

Na foto, algumas pessoas seguram placas de reprovação à RP, que contêm, entre outros aspectos, o ícone “não curtir”, gesto de interpretação presente em páginas virtuais, funcionando na teia discursiva não como meros “*clicks*”, porém como gestos que implicam tomadas de posição (BATISTA, 2019). No caso em destaque, trata-se de posições-sujeito adversas aos sentidos que ressoam no discurso estatal. À direita da foto, há um telão com as caricaturas de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro e, acima delas, está o dizer *kkkkkkkk*, comum em conversas na rede, ao significar uma gargalhada, instaurando, além disso, sentidos de zombaria e descrédito ao discurso da RP.

Considerando a escrita no digital, temos aí a inscrição da *corpografia*, termo formulado e definido por Dias (2016b, p. 12-13) como “a textualização do corpo na letra, na tela, pelo afeto, produzindo uma escrita (e um corpo) afetada pelo digital”. De acordo com a autora, a inscrição do corpo na forma material dos dizeres ocorre mediante as projeções de ícones, imagens, *links*, letras, etc. Essa rede de *links* e ícones diversos funciona como uma rede de sentidos e de posicionamentos ideológicos, que se replicam e circulam velozmente e buscam enlaçar o leitor, ou seja, direcionar e gerir as leituras e estabilizar os discursos, conforme o jogo de interesses dos discursos hegemônicos. Assim, a conexão entre *links* e

dizeres é bastante complexa “sobretudo, pela topologia multilinear que a rede inaugura, pela fragmentação de sentidos que ela proporciona e pelo apagamento das condições sócio-históricas de produção dos dizeres que ela promove” (ROMÃO, 2004, p. 71). Dessa forma, os gestos de retomadas, atualizações, curtidas e compartilhamentos movimentam as discursividades em/na rede e instauram tanto a estabilização quanto as rupturas nas teias interdiscursivas.

Na SD4, temos, portanto, os deslizamentos de sentidos; destacamos os elementos que compõem a imagem e geram ressignificações. Para Pêcheux (1999), a questão da imagem na AD funciona num viés não mais como imagem legível na transparência, já que um discurso a constitui e a atravessa, entretanto, como opaca e muda. Na legenda da foto que compõe a SD4, se inscreve uma circulação-confronto na rede sobre o discurso da RP, pois esta é discursivizada como “contracionista”. Nesse jogo de forças, a posição-sujeito ocupada pelos economistas que participaram do encontro rompe com as regularidades de sentidos em defesa da RP, pois o discurso inscrito nessa SD produz efeitos de sentidos de resistência à reforma da Previdência. No encerramento do livro “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, Pêcheux enfatiza:

- não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”. – ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo” (PÊCHEUX, 2014, p. 281).

Portanto, nas formulações da SD4, ecoam resistência e contestação ao discurso estatal, pela desconstrução dos efeitos de sentidos de uma necessária e urgente RP, confrontos que se materializam, sobretudo, no termo “mito”. Destarte, o entrecruzamento de discursos na trama virtual estabelece variadas tensões. O funcionamento discursivo da RP na *web* marca uma desestruturação-reestruturação das redes de memória e dos trajetos sociais (PÊCHEUX, 2015), instaurando a (des)estabilização de sentidos nos gestos de leitura. Logo, as disputas de sentidos travadas nesse ambiente fluido acarretam regularidades e instabilidades no discurso.

Considerações finais

A internet caracteriza-se pela dinamicidade na (re)produção e circulação de discursos e contradiscursos. As formulações materializadas em ambiente virtual abrem margem para discussões profundas, posto que o ciberespaço é visto como uma arena de conflitos de interesses (CORTES, 2015). Outrossim, pela complexidade discursiva do ciberespaço,

entendemos, como Orlandi (2012, p. 9), que “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos”.

Pela análise, vimos funcionar as relações de poder na tensão discursiva das formulações apresentadas, em conflitos de tomadas de posição dos sujeitos, nas relações ideológicas com as diversas formações discursivas envolvidas no discursivo midiático da reforma da Previdência. Os discursos sobre a RP na *web* produzem a estabilização, mas também o deslocamento de sentidos.

A disputa de sentidos na rede desencadeou as seguintes posições-sujeito: a primeira, inscrita na FD estatal, defendeu a RP com efeitos de que esta é uma medida importante para se sair da crise vivenciada no país, sentido ideológico que determina a FD; a segunda, referente ao discurso inscrito na webmanchete e no título auxiliar da notícia publicada no webjornal O Globo, instaura um regime de aliança e identificação com o discurso estatal, quando expõe efeitos de uma pesquisa realizada pelo CNI/Ibope; a terceira, ocupada pelo discurso inscrito na webmanchete e no título auxiliar da notícia publicada no webjornal Estadão, considerou que, a despeito da aprovação da reforma, os problemas permanecerão por uma série de motivos, estes elencados na notícia. Dessa maneira, existe um direcionamento de sentidos que funciona com base na ideia de que a instituição da RP é necessária, mas ainda é insuficiente para conter os impasses econômicos, e que o governo precisa cumprir medidas mais severas de austeridade fiscal; e a quarta posição-sujeito, ocupada pelo discurso da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, dos economistas que participaram do encontro e também pelo GGN, a partir dos elementos iniciais da notícia, condenou a RP por esta ser configurada enquanto uma afronta aos direitos dos trabalhadores.

Destaca-se que os dizeres em circulação na notícia publicada no webjornal GGN sofrem determinações dessa instância pelo fato de esta ser um veículo independente. Nesse sentido, os discursos são regulados mediante o debate de conteúdos críticos, produzindo discursos de resistência e a emergência de inúmeras vozes nos embates.

No entanto, cabe ressaltar que essas posições-sujeito funcionam em regime de tensão constante e instauram a movimentação contínua, já que as fronteiras das FDs são instáveis (COURTINE, 2014), e como a língua é falha, os sujeitos e sentidos sempre escapam. Assim, a trama de sentidos que funciona entre o discurso oficial governista e o discurso jornalístico digital permitiu a compreensão do embate ideológico em torno do tema, com formulações-confronto que provocaram o jogo de (des)estabilizações.

Ademais, o silêncio funciona no discurso de defesa da RP, pois o trabalhador e seus direitos históricos não são considerados nem comparecem no discurso, instituindo outros sentidos não ditos.

Referências

- BATISTA, G. A. **A discursivização espetacularizada da política brasileira em memes: metáfora, imaginário e efeitos-sentidos**. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.
- CORTES, G. R. O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica**. 2015. 266 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13933>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2014.
- DIAS, C. Para uma compreensão discursiva do digital: o sentido de tecnologia. *In*: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. (Orgs.). **A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes Editores, 2016a. p. 297-309.
- DIAS, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 8-20, 2016b. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/6139/5880>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- DIAS, C. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- ECONOMISTAS destroem ‘mitos’ da ‘reforma’ da Previdência e lançam manifesto. **Jornal GGN**, São Paulo, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/debate/economistas-destroem-mitos-da-reforma-da-previdencia-e-lancam-manifesto/>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- FERNANDES, C.; VINHAS, L. I. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322019000100133. Acesso em: 10 mar. 2020.
- GUILBERT, T. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In*: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. F. (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

INDURSKY, F. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. **Signo e Seña**, Buenos Aires, n. 24, p. 91-104, dez. 2013. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/3210/2846>. Acesso em: 20 fev. 2019.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MITTMANN, S. Redes e ressignificações no ciberespaço. *In*: ROMÃO, L. S.; GASPAR, N. (Orgs.). **Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo**. São Carlos: Pedro e João, 2008. p. 113-130.

NOVA Previdência é o primeiro grande passo para liberdade econômica, diz Bolsonaro. **Governo do Brasil**, Brasília, 06 mai. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/05/nova-previdencia-e-o-primeiro-grande-passo-para-liberdade-economica-diz-bolsonaro>. Acesso em: 30 ago. 2019.

NUNES, V. F. A Previdência Social no Brasil: história, modelo atual, conquistas e implicações sociais em caso de reforma. **Revista Científica do Curso de Direito**, n. 2, p. 37-51, jan. 2019. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/rccd/article/view/4708>. Acesso em: 30 nov. 2019.

OLIVEIRA, E. Seis em cada dez brasileiros concordam com a reforma da Previdência, diz pesquisa Ibope/CNI. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 mai. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/seis-em-cada-dez-brasileiros-concordam-com-reforma-da-previdencia-diz-pesquisa-ibopecni-23649637>. Acesso em: 31 mar. 2020.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar?. **Linguística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 9-26.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. P. Uma amizade firme, uma relação de solidariedade e uma afinidade teórica. Introdução. *In*: ORLANDI, E. P. *et al.* (Orgs.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 9-16. Edição original: 1983.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161. Edição original: 1969.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* (Orgs.). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 1999. p. 49-56. Edição original: 1983.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2014. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2015. Edição original: 1983.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. Péricles Cunha. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Mariani *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

ROMÃO, L. M. S. Nós, desconhecidos, na grande rede. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 71-91, jul./dez. 2004. Disponível em:
http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/302.
Acesso em: 20 mar. 2020.

ROSÁRIO, H. M. O sujeito do discurso e a noção de porta-voz na mídia. *In*: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 237-254.

SILVA, M. A. Análise crítica da proposta de reforma da Previdência Social no Brasil entre os anos 2016 e 2018. **Serviço Social e Sociedade**, n. 135, p. 213-230, mai./ago. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000200213. Acesso em: 30 nov. 2019.

TOMAZELLI, I. Desafios fiscais do governo vão além da Previdência. **Estadão**, São Paulo, 26 mai. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desafios-fiscais-do-governo-vaio-alem-da-previdencia,70002843835>. Acesso em: 26 ago. 2019.

Sobre as autoras

Paula Souza Pereira (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7747-7067>)

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); mestra em Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela UESB; graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma instituição. É bolsista da UESB.

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6597-6192>)

Doutora e mestra em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); graduada em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). É professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UESB.

Recebido em abril de 2020.

Aprovado em dezembro de 2020.